### NOTÍCIAS CNTV

#### **Boletim Eletrônico**

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/07/2013 - Edição Nº848

## Vigilantes lançam campanha anti-calote no desfile da Independência da Bahia

Os vigilantes da Bahia foram às ruas nesta terça-feira (2), quando ocorre o tradicional desfile cívico de 2 de julho, data da independência da Bahia, e fizeram o lançamento da campanha "Anti-Calote", exigindo a aprovação do projeto de lei 19444, apresentado pela Deputada Maria Del Carmem na Assembleia Legislativa da Bahia.

O PL, copiando lei já sancionada pelo governo do Distrito Federal e resoluções do CNJ e Justiça Federal, prevê o depósito em conta bloqueada dos direitos dos trabalhadores terceirizados, tais como 13º salário, férias, rescisão, multa dos 40% do FGTS e depósito direto do FGTS pelo contratante na conta vinculada da Caixa.

Para reforçar esta luta os vigilantes denunciaram o golpe aplicado

pela empresa Protector, da família do Deputado Federal Marcelo Guimaraes Filho (PMDB/BA) e pelo ex-prefeito de Salvador João Henrique. Há quase dois anos três mil foram demitidos e nada lhes foi pago. Além disso, os trabalhadores também denunciam o governo do Estado e Federal por serem coniventes com empresas caloteiras.

Na manifestação os vigilantes prometeram outras mobilizações e ações contra a velha prática do calote. Já nesta quinta feira a Direção do Sindvigilantes/BA e a Deputada autora do Projeto se reúnem com o Procurador Geral do Estado e com o Secretário de Administração para discutirem a aprovação da proposta legislativa.

Fonte: CNTV





Vigilantes da Bahia vão às ruas para cobrar fim do calote

### Em reunião no MPT, Sindicato dos Vigilantes de Goiânia apresenta reclamações contra patronato



O presidente do Sindvig, Márcio Brito, informa a categoria sobre o resultado da mesa redonda no MPT

Em uma tentativa descabida de jogar os trabalhadores contra o Ministério Público do Trabalho (MPT), as empresas de segurança de Goiânia vinham afirmando que iriam acabar, em breve, com a jornada 12x36 e implantar o horário de seis horas para suprimir a intrajornada. Para esclarecer o assunto o Sindicato dos Vigilantes e Seguranças de Goiânia (Sindvig) participou na segunda-feira (1) de uma mesa redonda no MPT com representantes do sindicato patronal e do Ministério.

Durante o encontro o MPT foi taxativo ao afirmar que pode até re-

correr à justiça contra as empresas. Além disso, caso o boato realmente se confirmasse, a nova jornada de seis horas poderia ser apenas para os recém-contratados e a 12x36 não poderia ser extinta para as pessoas que já estão enquadradas nela. Além disso, o Ministério exigiu o cumprimento da intrajornada na íntegra.

Para tratar o assunto com mais cuidado e de forma mais ampla, o MPT sugeriu o agendamento de nova reunião. Tanto os representantes dos trabalhadores quanto dos patrões se comprometeram a apresentar propostas no próximo encontro, que também contará com a presença de representantes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Em apoio à luta dos companheiros do Sindvig, dirigentes sindicais se deslocaram de Brasília à capital goiana. Os secretários gerais do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), Moisés Alves da Consolação e Sebastiana de Oliveira Santana, que também é diretora da CNTV, juntamente com o secretário de Formação Santiago Nascimento Matos, se uniram aos vigilantes de Goiás para participar das atividades agendadas.

#### Vigilantes de Goiânia vão às ruas contra o fim da jornada 12x36

Para pressionar os patrões, garantir a jornada 12x36 e o cumprimento da intrajornada, vigilantes de Goiânia, convocados pelo Sindvig, compareceram em massa nesta terça-feira (2), à porta do MPT. Reunida, a categoria entendeu ser mais proveitoso transformar a manifestação em uma assembleia para informar aos trabalhadores os resultados da reunião com o Ministério realizada no dia anterior.

Segundo Márcio Brito, presidente do Sindvig, os vigilantes continuarão mobilizados e não abrirão mão de seus direitos. "O fim desses

pontos pode significar também o fim do vale alimentação e das horas extras, já que elas não seriam necessárias para uma carga horária de 6 horas por dia, como querem os patrões", explica Márcio Brito, presidente do Sindvig.

Fonte: CNTV



Vigilantes se reuniram na frente do Ministério Público do Trabalho para cobrar, entre outros, o cumprimento da intrajornada

### Vigilantes de Sergipe fecham acordo coletivo

Em resultado às lutas e negociações, os vigilantes de Sergipe agora têm garantidos reajuste salarial de 14%, tíquete refeição de R\$125 e fim do banco de horas. Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que tem validade de dois anos, também foi alterada a data-base para janeiro, garantindo assim novo reajuste de 7% nos salários logo no primeiro mês de 2014 e aumento do auxílio refeição para R\$155.

A Confederação Nacional dos Vigi-

lantes (CNTV) apoiou e acompanhou de perto as negociações e manifestações. Participaram o presidente, José Boaventura, o diretor da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, e o secretário Geral do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, Djalma Santos, bem como outros diretores do sindicato de Alagoas.

"Agradecemos muito à Confederação pela participação. Foi fundamental para

nos trazer conhecimentos importantes sobre negociação. Prova da importância disso é que conseguimos tirar o salário dos vigilantes do Sergipe da classificação de pior do país. Estamos conseguindo aumentar a remuneração dos companheiros e certamente chegaremos muito mais longe", garantiu Reginaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe.

Fonte: CNTV

### Transporte de valores: Julgamento de dissídio ocorre hoje (3) em Vitória

Estão reunidos em Vitória (ES), juntamente com representantes do Sindfortes-Es, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis (RJ), Adriano Linhares, para acompanhar o julgamento do dissídio de greve dos trabalhadores em transporte de valores. A paralisação teve início no dia 29 de abril.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) já havia dado parecer favorável à greve no dia 15 de junho. Segundo o MPT o movimento é legal e não há

comprovação de que a paralisação estaria ocorrendo por meios ilícitos. O MPT opinou também pela concessão de reajuste salarial de 12%, desde a data de ajuizamento da ação, bem como pelo aumento do tíquete de R\$ 16 para R\$ 21, considerando que as empresas já haviam concordado em conceder esses benefícios e comprovado capacidade econômica para tanto.

Além disso, o Ministério defendeu que deve ser pago aos trabalhadores o adicional de periculosidade de 30%, instituído pela Lei 12.740/2012. Os trabalhadores de transporte de valores no Espírito Santo estão em greve desde o dia 29 de abril.

De acordo com o presidente do sindicato que representa os trabalhadores (Sindfortes-ES), a expectativa é de que o desembargador, responsável pelo julgamento do dissídio, acompanhe o parecer do MPT.

"A gente entende que o tribunal será solidário com os trabalhadores. O MPT tem acompanhado todos os nossos avanços, e esperamos que aconteça o mesmo no julgamento", disse o presidente Wildson Damacena.

Fonte: CNTV

## Sindicato é condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização por dano moral coletivo

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Limpeza, Asseio e Conservação de Rio do Sul e Região do Alto Vale do Itajaí – Sintacc, foi condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização por dano moral coletivo. A decisão, do juiz Roberto Masami Nakajo, titular da 2ª Vara do Trabalho de Rio do Sul, é resultante de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT/SC).

A sentença considerou que o Sintacc agiu de forma irregular ao incluir em convenção coletiva cláusula prevendo a cobrança de contribuições a serem custeadas por empresa empregadora, em favor do sindicato dos empregados. Tal inclusão contraria os artigos 5°, XX e 8°, V da Constituição Federal, que asseguram o direito de livre associação e sindicalização.

O sindicato alegou que utilizava os recursos provenientes da contribuição em benefício dos trabalhadores, por meio de prestação de serviços médicos, odontológicos e farmacêuticos, dentre outros.

O MPT/SC argumenta que os sindicatos devem atuar em benefício de sua categoria e não impor ônus à categoria diversa em seu benefício. "As receitas sindicais de cada entidade devem ser suportadas por seus integrantes, beneficiários, e não pelos de sindicato diverso", sustenta o autor da ação. Segundo o MPT/SC, as cláusulas oriundas de negociação coletiva devem tratar de obrigações da relação de trabalho e não sobre a relação entre sindicatos.

Além do pagamento da indenização, o juiz concedeu a antecipação de tute-la para que o réu se abstenha de incluir nas próximas convenções e acordos coletivos, cláusula que institua contribuição em favor do sindicato profissional a ser custeada por empresas. A cobrança deverá cessar de imediato, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil reais.

O valor da condenação será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador ou a outra instituição assistencial pertencente ao município de Rio do

Da decisão cabe recurso.

#### Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) tem alertado constantemente aos seus sindicatos filiados que não deve existir financiamento às entidades por qualquer tipo de empresa. "O financiamento e a sustentação do sindicato, das campanhas e de todas as atividades realizadas deve ser feito exclusivamente com a contribuição voluntária, aprovada em assembleia e legitimada pelos trabalhadores", defendeu José Boaventura, presidente da entidade.

Fonte: TRT 12<sup>a</sup> Região com CNTV

# 2ª Concentración contra los recortes de la seguridade em metro de Madrid

#### No descansaremos hasta que nos den uma solucion Cerca de 700 vigilantes se pueden quedar em La Calle

El Pasado día 18 de Junio todos estuvimos a la altura que correspondía, pero hoy os pedimos que hagamos fuerzas y aquellos que no pudieron venir, esta es nuestra oportunidad, acudamos todos!!!!

Metro de Madrid va a reducir la vigilancia en un 40%. Reduce el contrato de vigilancia de 3.100.000 horas a 1.800.000 horas. Los Sindicatos CCOO, A.T.E.S, U.S.O. y UGT convocan a todos los trabajadores del sector con el objeto de impedir que cerca de 700 vigilantes pierdan su puesto de trabajo.

Exigimos el cumplimiento de las obligaciones laborales y salariales con sus trabajadores, contempladas en el Convenio Colectivo Nacional de Seguridad Privada. Al margen de las exigencias que contempla el pliego de condiciones del concurso y del sistema de subasta.

Este sistema de valoración aunque legal, es a todas luces injusto, es una fuente de problemas de todo tipo y más aún cuando una parte de la adjudicación del servicio de seguridad se concede a una empresa con unos antecedentes poco claros.

Creemos que la entrada en el Metro de Madrid de este tipo de empresas, dados sus antecedentes de relaciones con sus plantilla, va a provocar numerosos conflictos con los trabajadores que sin duda van a influir en el normal funcionamiento del servicio de vigilancia en el Metro de Madrid.

Por todo esto os convocamos a la concentración que tendrá lugar el día 17 de julio de 2013 a las 11:00 horas en la Sede Central de Metro de Madrid sito en la calle Cavanilles Nº 58 de Madrid

Fonte: CCOO

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV - José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação - Edison Silva Pereira Jornalista: Pricilla Beine Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

